

ANEXO ÚNICO DO EDITAL Nº 162/2014

CARGO 405: ANALISTA TÉCNICO: JURÍDICO - DIREITO

Discorra sobre o poder investigatório do Ministério Público na atual conjuntura jurídica brasileira.

A Constituição Federal descreve que, entre as funções institucionais do Ministério Público, está a titularidade da ação penal pública, sendo sua atribuição promovê-la privativamente, requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, bem como promover o inquérito civil e a ação civil pública, expedir notificações nos procedimentos administrativos, requisitar informações e documentos, além de outras na forma da lei.

O poder investigatório do Ministério Público em âmbito cível decorre da própria Constituição Federal, entretanto, em âmbito criminal, o Projeto de Emenda Constitucional nº 37 abriu discussão com o propósito de dar exclusividade às polícias civil e federal para a apuração das infrações penais. Ocorre que a legitimação para a investigação criminal do Ministério Público decorre da própria titularidade da ação penal pública, sendo inclusive reconhecida pelos Tribunais Superiores.

Com a rejeição da PEC 37, o poder investigatório em âmbito criminal manteve a sua prevalência, nos termos admitidos pela Jurisprudência dominante, inclusive no âmbito do Supremo Tribunal Federal. Dessa forma, na atual conjuntura jurídica brasileira, detém o Ministério Público plena competência para promover investigações na esfera cível e criminal.

A prova discursiva será avaliada considerando-se os seguintes aspectos:

a) o conhecimento técnico-científico sobre a matéria; O candidato deve apresentar conhecimento teórico e prático a respeito do assunto/tema abordado pela questão, demonstrando domínio técnico e científico sobre o Poder Investigatório do Ministério Público na atual conjuntura jurídica brasileira.

b) o atendimento ao tema proposto na questão; A resposta elaborada deve ser concernente ao tema proposto pela questão: O poder investigatório do Ministério Público na atual conjuntura jurídica brasileira. Será avaliada a demonstração de conhecimento do candidato a respeito dos fatos discutidos na atual conjuntura referente ao Poder Investigatório do Ministério Público no âmbito cível e criminal, pois a investigação criminal era polêmica até a rejeição da PEC 37. O espelho de correção da prova contempla como padrão de resposta o conhecimento sobre o poder investigatório do ministério público em âmbito criminal, bem como as argumentações relacionadas ao aspecto cível. Serão avaliadas, portanto: as ponderações sobre as atribuições constitucionais do Ministério Público no âmbito cível e criminal; o conhecimento sobre o Projeto de Emenda Constitucional 37 e sua rejeição, bem como o posicionamento dos Tribunais Superiores sobre a legitimação do Ministério Público para promover a investigação criminal. Não serão consideradas adequadas, portanto, digressões que afastem desse tema a resposta elaborada.

c) a clareza de argumentação/senso crítico; A argumentação apresentada pelo candidato deve ser pertinente e clara, capaz de convencer seu interlocutor a respeito do ponto de vista defendido, além de demonstrar senso crítico em relação ao questionamento abordado pela questão discursiva.

d) a seletividade de informação; O candidato deve selecionar as informações utilizadas para sua resposta, utilizando referências críveis e plausíveis em relação ao tema da questão.

e) a criatividade/originalidade; A resposta elaborada deve ser original e criativa, elencando, para a argumentação, elementos inovadores relativos ao tema proposto, porém que sejam pertinentes ao questionamento realizado.

f) a utilização adequada da Língua Portuguesa. A resposta elaborada deve apresentar em sua estrutura textual: constituição dos parágrafos conforme o assunto abordado, estruturação dos períodos no interior dos parágrafos (coerência entre porções textuais, relação lógica entre as ideias propostas, emprego adequado de articuladores no interior das porções textuais). Só serão consideradas, para avaliação referente aos critérios citados anteriormente, as respostas que sejam pertinentes ao tema abordado pelo enunciado da questão, sendo desconsideradas as respostas ou trechos que estejam em desacordo com o tema proposto.